

1. Na crise terminal do capitalismo: violência sistêmica, guerra e vida “excedente”



<https://doi.org/10.36592/9786554601023-01>

José A. Zamora¹

O Grande Relato da modernidade capitalista baseia-se em um mito persistente que resiste à refutação dos fatos. Esse mito é o da superação da violência pré-moderna inerente às relações de dominação direta baseadas na força. Contra o poder arbitrário dos senhores, é estabelecido o procedimento regulamentado do contrato; contra o despotismo da tirania, é estabelecido o estado de direito; contra a disposição assassina sobre a vida dos outros, é estabelecida a inviolabilidade da vida de cada indivíduo, garantida pelo estado. As guerras de religião e de soberanos formam o pano de fundo negativo contra o qual esse Grande Relato, com a qual o projeto do Iluminismo deseja ser identificado, toma forma.

Nele, os dois principais instrumentos de pacificação são o mercado e o Estado, que são apresentados como um baluarte contra a violência. O Estado seria a garantia da renúncia à violência por parte dos indivíduos privados, graças ao monopólio que exerce sobre ela. E o mercado é apresentado como um espaço para uma “guerra sem sangue” entre agentes privados que competem para obter o maior lucro de acordo com regras compartilhadas e aceitas por todos. De acordo com essa narrativa, a violência dentro ou entre essas sociedades é considerada um fenômeno pontual, esporádico, temporário ou externo, nunca uma realidade sistêmica. A “normalidade” é percebida como livre de violência e os atos violentos como irrupções que perturbam essa normalidade, de modo que “a violência *objetiva* é invisível, pois está sustentada em uma normalidade de nível zero contra a qual percebemos algo como subjetivamente violento” (ZIZEK, 2014, 18).

¹ Instituto de Filosofía – CSIC (Madrid). <https://orcid.org/0000-0002-1722-476X>

O poder e a violência do Estado como parceiros do sistema de produção de mercadorias

Mas essa visão não resiste à menor comparação com os fatos. Em contraste com a narrativa construída pelas tradições liberais, as tradições críticas mostraram que o estabelecimento das condições (históricas, sociais e econômicas) da organização capitalista da sociedade é repleto de violência. Marx se refere a isso em *O Capital* ao analisar a “acumulação originária ou primitiva”. Com esse conceito, ele descreve um processo social violento de expropriação dos meios pelos quais os indivíduos podiam subsistir com seu próprio trabalho, um processo de enorme crueldade e efeitos letais para muitos deles, que desarraigou centenas de milhares de camponeses e os transformou em indigentes e vagabundos. A produção do “trabalhador livre assalariado” implica uma expropriação (que põe fim ao vínculo dos servos com a terra, aos direitos comunais, aos direitos de compásquo, aos direitos de campo aberto etc.) e a privatização desses meios de subsistência. A organização das relações sociais sob a forma contratual baseada na liberdade e na igualdade formais, mas não reais, torna invisível a violência que o possibilita.

Mas o triunfo dessa forma contratual não pode esconder o fato de que a violência estatal concentrada e organizada foi decisiva na transformação do modo de produção feudal para o modo de produção capitalista. Certamente, uma vez consolidado o novo tipo de relações, a coerção e a violência foram mediadas por estruturas e dinâmicas econômicas, que também são implacáveis. Não se deve esquecer que essa é a lei de ferro da acumulação de capital, à qual a reprodução social está subordinada. Mas isso não significa que o processo histórico de formação e consolidação do modo de produção capitalista, bem como sua implantação global, estejam livres de violência direta. A crueldade para com os súditos que Maquiavel recomendou ao Príncipe não pertence apenas à pré-história do capitalismo. A dualidade do capital e do poder estatal que caracteriza o novo modo de produção, não diminui a importância do papel do poder estatal e de sua violência como parceira do sistema de produção de mercadorias e como um componente imanente e estrutural dele (GERSTENBERGER, 2017). A identificação

entre o Estado moderno e a democracia tem mais elementos de lenda autointeressada do que de realidade (GRAEBER, 2021).

A redução ou eliminação de formas de violência direta onde foram e são contraproducentes para a acumulação de capital coexistiram e coexistem com sua conservação e aplicação onde são necessárias para essa mesma reprodução. O que o cientista político Ernst Fraenkel apontou em sua teoria do *Estado dual* (1941) em relação ao nacional-socialismo pode ser extrapolado em diferentes graus e configurações para outras fases da modernidade capitalista. Ao lado do “Estado normativo” que assegura a continuidade da sociedade capitalista, coexiste um “Estado discricionário” que utiliza as sanções legais e a violência bruta ou as intervenções não sujeitas à lei como prerrogativa do poder estatal. O peso relativo desses dois “Estados”, ou melhor, dessas duas faces de um mesmo Estado, varia ao longo do tempo e também afeta ações em diferentes territórios ou grupos sociais de formas distintas. Além disso, nas esferas de atuação preferencial do Estado discricionário, confundem-se os contornos do que é estatal, paraestatal e criminoso, do monopólio da violência e da ação consentida ou diretamente promovida de grupos ou empresas que utilizam a violência fora da lei ou das regras estabelecidas até mesmo para guerra entre Estados. Bastaria recordar o papel político e militar da Companhia Britânica das Índias Orientais, que chegou a dominar extensas áreas da Ásia com crueldade inusitada, com exércitos próprios, com o respaldo da coroa britânica e das elites do país. É apenas um exemplo, mas pode-se seguir uma linha de continuidade para esse tipo de exteriorização e privatização da violência, que vai até atos violentos, coerção e extorsão das populações e terras das periferias do planeta por parte de grupos patrocinados e financiados por grandes empresas transnacionais ou caciques locais, em conluio com o poder político.

A história criminosa do capitalismo é esmagadora: a primeira resposta repressiva e punitiva à “questão social” gerada pela mudança nas relações sociais ou pela resistência ao trabalho assalariado e fabril por camponeses empobrecidos e desenraizados, as deportações em massa de pobres criminalizados para as colônias, a extrema precariedade das condições de vida do proletariado em formação, todos esses fenômenos são testemunho mais que eloquente da imbricação entre capitalismo e violência, até hoje. Só com uma dose de inaceitável

cinismo podem ser considerados restos da incivilidade pré-moderna em um processo civilizatório triunfante e não como as pirâmides sacrificiais sobre as quais o progresso foi construído. Quem vê apenas a face aparentemente amigável das formas de trabalho nos centros do capitalismo digital, pode ser tentado a ignorar o trabalho escravo e as formas selvagens de violência que permitem extrair as matérias-primas sem as quais o capitalismo digital entraria em colapso, ou as condições draconianas e desumanas nos centros de produção nas periferias do mundo, com os quais nossos terminais de última geração ou roupas descartáveis são produzidos a preços de barganha. Mas essa violência também faz parte da reprodução do sistema, não é de forma alguma um vestígio tribal de povos incivilizados ou condições naturais de estados subdesenvolvidos de países eufemisticamente chamados de "emergentes".

A conexão sistêmica entre capitalismo, violência bélica, conquista e mobilização total

A conexão entre capitalismo e violência bélica não é meramente circunstancial ou externa. O teórico social Robert Kurz enfatizou o papel decisivo desempenhado pela inovação militar e armamentista, bem como pela expansão por meio da guerra, no surgimento das formas básicas de socialização capitalista: trabalho abstrato, mercantilização da produção, crescimento e expansão de mercados etc. (KURZ, 2012, p. 112ss). A ligação entre a gênese do capitalismo e a economia política das armas de fogo, que aponta para as raízes guerreiras da modernidade, não é segredo, mesmo para aqueles como Werner Sombart, que se notabilizaram por sua apologia tanto do capitalismo quanto da guerra (SOMBART, 1913, p. 16ss).

Assim, o estabelecimento da lógica da valorização e do trabalho abstrato não é resultado de uma transformação pacífica das sociedades agrárias pré-modernas em sociedades mercantilizadas graças à iniciativa de mercadores, banqueiros e empresários amantes do risco, mas foi precedida pelo desenvolvimento de forças destrutivas, pela "revolução militar" introduzida pelo uso de armas de fogo na guerra. Seu caráter de inovação disruptiva não só produziu uma inversão na

organização e na logística da guerra, como também impôs novas e crescentes demandas de crescimento do produto social para cobrir os custos da primeira corrida armamentista e dos exércitos modernos, deu um impulso decisivo à monetarização da economia e tornou necessária a acumulação de capital monetário e a criação de um sistema financeiro autônomo. A correspondência entre as palavras "soldado" e "assalariado" não é meramente etimológica. A abstração da atividade, do produto e da figura do soldado profissional corresponde à abstração da mediação monetária e à imposição do trabalho abstrato como base da capitalização da sociedade.

Certamente, na fase ascendente da sociedade mercantil, a violência e a guerra tornaram-se uma questão de Estado. Nesse sentido, os Estados-nação não só atuaram como instâncias de controle e regulação dos conflitos sociais por meio da força legítima e da representação política, como também se encarregaram de produzir e reproduzir a desigualdade e a dominação em escala universal, que definem o sistema-mundo capitalista (WALLERSTEIN, 1984). A forma estatal e o monopólio da violência constituem a condição geral para a valorização do valor abstrato (capital) dentro de um determinado território e, ao mesmo tempo, o instrumento de sua expansão mundial. Por isso, a forma estatal e o monopólio da violência não se concretizam da mesma forma em todos os lugares. Na relação entre os Estados e entre estes e outros territórios, o recurso à violência direta tem sido mais virulento e menos contido do que dentro deles. Os Estados responsáveis por manter a competição "pacífica" em seu território não hesitaram em reduzir cidadãos de outros Estados declarados inimigos a material destrutível na frente de batalha.

A história criminosa dos Estados modernos não parou de produzir pirâmides de sacrifício ao longo dos últimos séculos. Assim, o objetivo de "cristianizar" e apropriar-se do "descoberto" não hesitou em usar a espada e o mosquete para conquistar o Novo Mundo e anexá-lo às Coroas, inaugurando uma história colonial com efeitos devastadores para as populações nativas. A declaração dos direitos do homem e do cidadão na metrópole não impediu a conservação da escravidão no exterior com o uso de força e crueldade inusitadas. Após a independência das colônias, a institucionalidade estatal nas periferias, caracterizada por uma

debilidade crônica, continuou a ser violentamente marcada pela dependência e subordinação aos imperativos da reprodução do capital global, ao preço de uma desigualdade sangrenta entre elites privilegiadas e aliadas e maiorias empobrecidas imposta de forma frequentemente brutal. É um fato indiscutível que no sistema-mundo capitalista, a violência estrutural e a violência direta foram distribuídas assimetricamente entre os centros e as periferias. E que essa distribuição desigual tem sido essencial para o seu desenvolvimento.

Não se esconde de ninguém que os Estados-nação desempenharam um papel fundamental na divisão imperialista do mundo. Traçar as fronteiras "políticas" do espaço europeu (Paz de Vestefália) era, entre outras coisas, uma forma de dividir o mundo e organizar a sua exploração (BALIBAR, 2003). Para isso, a Europa embarcou no negócio de exportar a "forma de fronteira" para a periferia, de exportar para o mundo o mesmo modelo político e econômico baseado em assimetrias assassinas. O processo de constituição do que J. W. Moore chama de "ecologia-mundo" capitalista não envolveu apenas a submissão da natureza humana e extra-humana à forma-mercadoria de valorização do capital. Essa subjugação logo produziu nos centros do novo modo de produção um esgotamento acelerado da terra e da força de trabalho no curso "normal" de sua exploração. Por isso, a dinâmica de expansão territorial constitui uma necessidade sistêmica. Com o conceito de "fronteira mercantil", J. W. Moore refere-se à natureza constitutiva de um "fora" no que diz respeito à relação de valorização que, no entanto, permite que a lógica de revalorização e acumulação seja reconstituída e mantida ao longo do tempo. Portanto, "o capitalismo não apenas tem fronteiras, mas é fundamentalmente *definido* pelo movimento de fronteirização" (MOORE, 2014, p. 302).

As fronteiras territoriais impostas a sangue e fogo nas periferias eram ao mesmo tempo fronteiras mercantis. A apropriação específica *da fronteira* é o que produz e incorpora na expansão do capital-valor a natureza humana e extra-humana "barata" (energia, alimentos, matérias-primas, força de trabalho) que permitem novas ondas de acumulação, ou seja, um aumento no volume de material, além do aumento do trabalho abstrato envolvido em sua produção. As fronteiras territoriais desempenham um papel decisivo na produção (violenta) dessa natureza

humana e extra-humana “barata” que, antes de sua apropriação, está fora do circuito do capital, mas contribui decisivamente para o ajuste de contas de sua acumulação sem fim. Digamos que a acumulação por *capitalização* não poderia ter ocorrido sem a acumulação por *apropriação* ou *saqueio*: “O saqueio das áreas fronteiriças e os avanços da produtividade do trabalho na metrópole formam um todo orgânico” (MOORE, 2013, p. 14).

Mas se a colonização europeia do mundo e a primeira industrialização estão escritas nos anais da história com sangue e fogo, certamente a violência sistêmica e bélica do século XX não têm paralelo no mundo (110 milhões de pessoas pereceram em conflitos armados). A totalização capitalista ligada à segunda industrialização exigiu uma mobilização de pessoas e recursos técnicos e materiais, na qual tanto as ditaduras como os estados totalitários e as formas industriais de guerra desde a Primeira Guerra Mundial desempenham um papel fundamental. Os conflitos imperialistas que levaram às duas Grandes Guerras também foram gestados nas tensões sistêmicas de um processo de acumulação estagnado. Por isso, não se deve esquecer que as novas formas de guerra industrial e de organização política autoritária permitiram impor uma mobilização geral de magnitude desconhecida, que, aliás, mais tarde se manteria sob “sistemas democráticos” e “economias de paz”. Não se deve esquecer que a sociedade como um todo só pôde ser posta em movimento acelerado, intenso e concentrado em direção a um objetivo comum, graças àquela demonstração de violência que constitui as duas guerras mundiais e que encontra sua face mais terrível no genocídio perpetrado pelo regime nacional-socialista contra judeus e outros grupos declarados elimináveis.

Talvez seja conveniente recordar aqui um dos pensadores que mais contundentemente refletiu sobre a figura do trabalhador industrial, da guerra e da mobilização total no violento primeiro terço do século XX: Ernst Jünger. Este apologista estetizante do confronto bélico afirmou, sem hesitar, que na Primeira Grande Guerra se deu um salto qualitativo na longa práxis bélica da humanidade. Segundo ele, o que se impôs na Grande Guerra foi o domínio da técnica e da ordem econômica que o tornou possível. A guerra técnica é antes de tudo uma batalha de materiais: destruição massiva e anônima, desgaste e substituição de material

(homens e armas), forças abstratas: “os países se transformaram em fábricas gigantescas que produziam exércitos em esteiras rolantes, para enviá-los, dia e noite, aos campos de batalha, onde um consumo bélico, que se tornou igualmente muito mecânico, assumiu o papel do consumidor mercantil” (JÜNGER, 2002, p. 199). “Mobilização total” é o conceito que unifica guerra e trabalho como duas faces de um mesmo processo. Por isso, para E. Jünger, a figura que encarna essa mudança de época é a do trabalhador, que não deve ser considerado uma figura meramente econômica. Segundo ele, no trabalhador e no espaço econômico cristalizam-se os traços que já apontavam na figura do soldado desconhecido. Não há dúvida de que essa caracterização antecipa elementos-chave do que será a reorganização da produção capitalista após a guerra.

O sucesso da mobilização fordista consistiu, entre outras coisas, em impor pela primeira vez um fechamento (quase completo) do sistema capitalista em uma totalidade social, que conseguiu uma ampla eliminação dos restos persistentes de modos da produção agrários, domésticos e comunais mais antigos, um forte crescimento da população ativa, ou seja, de indivíduos submetidos à relação de trabalho capitalista, uma intensificação da sujeição e recrutamento da força de trabalho para a aplicação da segunda revolução industrial (taylorismo), ou à imposição de um modo de existência de acordo com essa revolução (disciplina laboral e subjugação do tempo livre ao regime da indústria do tempo livre), um enorme grau de entrosamento entre a administração do Estado e a economia etc. Atendo-se a todos estes processos, Robert Kurz afirma a existência de uma ligação e continuidade entre as estruturas da economia de guerra (mobilização autoritária) e as formas de regulação civil-econômica do fordismo (KURZ, 2009, p. 544ss.), embora agora apenas nostalgicamente as conquistas do *Welfare State* são lembradas.

A economia política da guerra

Já vimos que a estatização e a profissionalização da guerra foram acompanhadas por uma explosão dos gastos militares. Nenhuma das sociedades pré-modernas dedicaram à guerra parte tão importante de seu produto social e de

seus recursos materiais. O enfrentamento bélico nas novas condições era insustentável sem a arrecadação de impostos e, portanto, sem a sustentação de relações econômicas normais e a salvaguarda da produção de riqueza abstrata nos Estados em guerra. Isso significou o estabelecimento de uma clara distinção entre combatentes e não combatentes, entre espaços de destruição e normalidade, entre frente e retaguarda. O paradoxo é que o avanço da industrialização da guerra acabou por converter as infraestruturas e a população trabalhadora em objetivo militar, enfraquecendo, senão destruindo as distinções que o tinham tornado possível. A racionalização instrumental da guerra de estado levou quase inevitavelmente a uma forma de guerra total na primeira metade do século XX.

No entanto, até que as armas nucleares abrissem uma possibilidade real de destruição massiva e irreversível, o próprio fenômeno da guerra era visto não apenas como uma possível, mas até mesmo uma resposta efetiva às crises sistêmicas. Em primeiro lugar, porque a própria guerra teve uma dimensão econômica: do crescimento da procura estatal à destruição da sobreprodução e da sobrecapacidade, passando pelo emprego (e à aniquilação) da mão-de-obra nos campos de batalha ou à recuperação da indústria pesada. A guerra acabou sendo, pelo menos para alguns, “um bom negócio”. Em segundo lugar, porque a destruição de bens, infraestruturas e pessoas produzida pela guerra, bem como a posterior reconstrução, tornaram-se condição para a possibilidade de uma significativa recuperação econômica, um impulso ao crescimento e uma oportunidade para lançar um novo ciclo econômico. Sem esquecer a transferência para a indústria civil das inovações tecnológicas da indústria bélica.

Mas o significado econômico da guerra após o surgimento do arsenal atômico não termina aqui. O keynesianismo militarista durante a “guerra fria” fez da indústria de armas um fator fundamental na economia e na competição entre os blocos. Em ambos os blocos foi criado um gigantesco complexo militar, científico e empresarial, cujo significado econômico tinha múltiplas dimensões. O economista Ernest Mandel falava em sua obra *O Capitalismo Tardio* de uma “economia armamentista permanente” (MANDEL, 1982, p. 193ss), uma espécie de “esbanjamento” aparentemente sem retorno no circuito econômico que, no entanto, permitia contrabalançar a tendência à crise de superprodução do capitalismo

expansivo das chamadas “décadas douradas” do pós-guerra e reforçou os interesses geoestratégicos das potências militares: investimento, repatriação de lucros e acesso às matérias-primas necessárias. Esses interesses estiveram por trás de uma série de “guerras por procuração” em terceiros países (Afeganistão, Angola, Moçambique etc.) nas quais se estabeleceu a hegemonia de uma das potências. Mas o enfrentamento pelas zonas de influência, pela conquista de mercados internacionais, pelo controle dos monopólios das matérias-primas e dos fluxos financeiros também respondeu às necessidades daquela fase expansiva da economia. A imbricação era evidente. Esses conglomerados industriais com protagonismo na economia armamentista (aeronáutica, eletrônica, automobilística, comunicação etc.) ao mesmo tempo lideravam os setores mais importantes da economia civil e se beneficiavam de sua posição estratégica. Se a mobilização total das duas Grandes Guerras constitui o *take off* do fordismo, não há dúvida de que o keynesianismo militarista da guerra fria serviu de marca-passo para o próspero capitalismo da era do milagre econômico.

Transformações da violência na era neoliberal e no capitalismo da Grande Recessão

O termo “neoliberalismo” tenta nomear o projeto econômico, político e cultural que é hegemônico, pelo menos desde os anos oitenta do século passado, como resposta à crise do fordismo. Este projeto caracteriza-se pela liberalização extrema dos mercados financeiros (capital especulativo, mobilidade irrestrita de capitais, estratégias de endividamento estatal e privado), realocização empresarial e reorganização internacional da divisão do trabalho e das cadeias de valor, fragmentação e automatização das cadeias produtivas, redução da custo, flexibilidade e controle da força de trabalho, a expansão global do “exército de reserva” trabalhista, as estratégias agressivas de promoção, aceleração e diversificação do consumo, a implementação de planos de ajuste estrutural para subjugar as políticas econômicas aos objetivos de privatizações, cortes de gastos nas políticas sociais e redistributivas, benefícios fiscais, comerciais e trabalhistas para grandes corporações multinacionais, etc.

As “novas guerras” na era da globalização neoliberal

A propaganda neoliberal e o fim da guerra fria prenunciavam uma era de paz e prosperidade (até mesmo sem fim) que deveria atingir todo o planeta. Os ideólogos da globalização anunciavam ruidosamente a crescente pacificação do mundo como resultado da total liberalização e desregulamentação dos mercados. Estes apareciam na propaganda neoliberal como o reino da paz e da prosperidade, enquanto os Estados eram denunciados como predadores de recursos, fonte de corrupção, obstáculo à livre circulação de dinheiro e bens e origem de conflitos que prejudicam os negócios. A suposta redução e encolhimento dos Estados não seria boa apenas para a economia, mas também para a pacificação do mundo. Mas será que a identificação com um projeto de pretensão à hegemonia mundial como o neoliberal poderia ser mantida sem apontar alguns inimigos e ameaças que exerciam a função de “exterior constitutivo”? Após o colapso do outro bloco, a resistência à chuva de bênçãos de um mercado elevado a mecanismo quase exclusivo de reprodução social não poderia mais partir de um sistema supostamente alternativo de economia planificada. Portanto, as possíveis resistências deveriam ter outra origem.

Oito anos antes dos ataques às Torres Gêmeas, S. Huntington já dava sustentação teórica e legitimava a agressão contra países do terceiro mundo, identificando em seu famoso artigo “Choque de civilizações?” (1993) as novas ameaças que as nações ocidentais enfrentavam com um conceito instrumental de enorme fragilidade teórica, mas com efeitos políticos devastadores: o de “civilizações”. A cultura e a religião tornaram-se, na proposta de Huntington, não apenas os eixos em torno dos quais se estruturam as “nove” civilizações supostamente existentes no mundo, mas também uma marca identificadora daqueles países contra os quais era necessário proteger-se, na medida necessária, como seria visto mais tarde, preventivamente. O que é importante no conceito de “choque de civilizações” é que ele introduziu uma mudança na abordagem das causas da violência: as étnico-religiosas passaram a se destacar. Os grandes espaços geoestratégicos dos cinco continentes foram redefinidos em diferentes chaves. A globalização econômica já não era travada por Estados que defendiam um

sistema econômico alegadamente alternativo, mas sim por forças étnicas, religiosas ou tribais que não conseguiam integrar-se na dinâmica do mercado global. Apenas uma matriz étnico-religiosa parecia coincidir, aos olhos de Huntington, com a lógica capitalista que presidia a globalização: a protestante anglo-saxão.

Na nova doutrina houve um deslocamento dos Estados como protagonistas dos conflitos bélicos. Alguns conflitos, aliás, que cada vez se pareciam menos com guerras convencionais. Obviamente, o poderio militar dos Estados ocidentais não havia diminuído e continuava a serviço dos interesses da economia globalizada, mas à sua frente não estava mais o bloco soviético, nem mesmo os Estados que haviam saído de sua decomposição, mas um enxame de atores diversos que iam desde os “senhores da guerra” em regiões onde os Estados não eram capazes de impor o monopólio da violência a grupos terroristas das mais diversas origens, passando por grupos guerrilheiros, paramilitares, grupos armados ligados ao narcotráfico ou os novos magnatas das economias planificadas quebradas e, cada vez mais, grupos violentos de inspiração religiosa (DUFFIELD, 2004). Foi justamente nesse contexto, durante a década de 1990, que o termo “Estados fracassados” começou a ser usado para buscar uma explicação em benefício próprio para esses novos cenários e, de alguma forma, justificar novas respostas militares das potências ocidentais, desde o intervencionismo supostamente humanitário até a guerra contra o terrorismo, incluindo diferentes formas de participação em conflitos ligados ao acesso a matérias-primas sensíveis (CALL, 2008; CHOMSKY, 2017).

Nesses novos cenários, que assumem cada vez mais o caráter de “mercados de violência”, os Estados continuam presentes, mas são apenas um ator entre outros e em alianças cambiantes com os demais atores. O fato de que o conceito de “estados falidos” mascara a realidade de uma “destruição” desses estados por meio de uma combinação de políticas liberalizantes e intervenções militares não pode ser enfatizado o suficiente. A refuncionalização dos Estados a serviço dos fluxos assimétricos de capital, tecnologias e comércio e a reorganização neoliberal da produção (HIRSCH 2001) também é responsável pelo enfraquecimento, senão pela desintegração das já débeis instituições estatais nas periferias e a privatização da violência, já que ambos os fenômenos andam de mãos dadas. Os conflitos armados, a desestatização e o descontrole da violência devem ser analisados em conexão com

o processo de informalização do trabalho, do dinheiro e da política resultante da evolução do capitalismo global (ALTVATER; MAHNKOPF, 2002, p. 236ss):

A desintegração, até mesmo a destruição do Estado – não seu “colapso” – muitas vezes impulsionada pelo Ocidente, é, em última análise, consequência da ordem neoliberal e da ascensão de violentos atores não estatais. O “sectarismo”, a confessionalização e a etnicização dos conflitos, é a consequência quase inevitável, pois é a última forma de organizar a sobrevivência econômica desses atores violentos e de seus integrantes por meio da criação de “outros” imaginários ou construídos, seja religiosamente ou etnicamente definidos (RUF, 2019).

Talvez devêssemos mudar a perspectiva e não ver a desintegração dos Estados nas periferias como resultado do surgimento de conflitos étnicos latentes, mas, ao contrário, ver esse surgimento como resultado dos processos de imposição da modernização capitalista, necessariamente fracassada na estrutura de um sistema baseado na produção inevitável de desigualdade e assimetrias sistêmicas.

Se olharmos para a justificação ideológica das intervenções militares das potências ocidentais, deparamo-nos sempre com a defesa da liberdade e a implementação de sistemas democráticos apresentados como condição para uma promissora integração na globalização capitalista. A criatividade linguística dos estrategistas de guerra continua a produzir embaraço apesar do passar dos anos (“justiça infinita”, “liberdade duradoura”, “sentinela da liberdade”). Mas será que a integração das periferias na economia global que essas potências promoveram e promovem era realmente tão promissora?

Desde a década de 1980, países ocidentais e organizações financeiras internacionais vinham impondo as chamadas “políticas de austeridade” por meio de programas eufemisticamente chamados de “ajuste estrutural” e “boa governança”, aos quais a ajuda e os créditos eram condicionados. Não se deve esquecer que é nas periferias, de forma pioneira no Chile de Pinochet, que começam a ser aplicadas as receitas neoliberais que logo seriam transferidas para a economia global. Privatização e desregulamentação, acordos de livre comércio que falharam em

proteger economias dependentes fracas, atribuição de um papel subordinado na divisão internacional da produção etc. No médio e longo prazo, em muitos desses países, eles apenas aceleraram os processos de aumento da desigualdade, do empobrecimento das camadas mais desfavorecidas e da deterioração das instituições estatais.

A proclamada “boa governação” assentava, na verdade, em alianças com as elites políticas e económicas favoráveis às referidas estratégias, que, mais do que combater a corrupção, a têm favorecido (MATEOS, 2015, p. 13ss). Por isso, longe de ser um obstáculo às transformações do modelo produtivo, esses processos fizeram parte da globalização neoliberal e foram um componente essencial dela. Há uma conexão inquestionável entre as estratégias económicas, a desestabilização política de muitos países e os conflitos armados ou violência descontrolada que assolam populações submersas na miséria. Esses conflitos não poderiam se sustentar ao longo do tempo se não tivessem o apoio de verdadeiros “mercados de violência” alimentados por “mercados-sombra” como o comércio ilegal de matérias-primas (petróleo, diamantes, minerais estratégicos, madeira tropical), drogas, armas, pessoas etc. (LE BILLON, 2004), que, como se sabe, não funcionam sem contrapartida, sobretudo sem paraísos fiscais e redes de lavagem de dinheiro. Os próprios Estados ocidentais protegem os atores privados envolvidos nos negócios que sustentam esses intermináveis conflitos armados, com o objetivo de garantir o acesso a certos recursos estratégicos nas regiões colapsadas.

Mas ao final desse processo, após várias décadas de conflitos em todo o planeta, a globalização neoliberal não conseguiu incorporar as periferias de forma estável e subordinada à “nova ordem económica mundial”, nem os países que a dirigem podem impor por meio de armas regimes políticos que o permitem. O papel que cabe a essas periferias na economia globalizada leva cada vez mais países a situações socialmente insustentáveis, a conflitos internos sem fim, à degradação ecológica que expulsa populações em busca de sobrevivência, a ambientes de miséria onde sofrer ou exercer violência tornam-se um círculo vicioso que aprisiona a vida cotidiana. Certamente, dado o nível de desenvolvimento tecnológico do arsenal militar das potências ocidentais, não é difícil “vencer” uma guerra.

Mas essa expressão já não significa muito. Os supostos vencedores dessas guerras encontram-se presos nas novas "economias da violência", das quais não há saída civil em um capitalismo em recessão –através do desenvolvimento econômico dos países ocupados–, nem militar – também caro em vidas humanas e economicamente insustentável. Perdida a capacidade e o interesse de impor as condições que assegurem a reprodução do capital no conjunto de um território, perde-se também a capacidade e o interesse de acabar com o resto dos atores violentos. A recente derrota da principal potência militar mundial e seus aliados no Afeganistão ilustra isso de forma mais eloquente. A identificação de determinados países como lugares de origem do perigo de ataques terroristas em seu próprio território também não permite evitar esse perigo por meio da ocupação militar. Na era dos atentados suicidas, essa ocupação militar significa muito pouco. Sem falar na total ineficácia da chamada "guerra suja" contra o terror (execuções extrajudiciais, tortura, internações ilegais). O novo ministro da Defesa do Afeganistão passou por esse buraco negro do Estado de Direito que é a prisão de Guantánamo. A privatização que se anunciava como fonte de todas as benesses econômicas, aplicada à violência, transforma-se em seu contrário.

A guerra contra as mulheres e seu significado sistêmico

Nas novas formas de guerra analisadas até agora, a violência contra as mulheres tornou-se um objetivo estratégico. E isso é algo que não pode ser esquecido. A informalização dos conflitos armados e a importância que as dimensões expressivas da violência adquirem nas novas economias de guerra fizeram com que a violência contra as mulheres passasse de um "efeito colateral" ou complemento da guerra para uma centralidade reveladora. Essa informalização borra a fronteira entre cenários de guerra e outros espaços violentos do globo (Honduras, Brasil, Colômbia ou México), onde os homicídios atingem números assustadores. Talvez a violência contra as mulheres assassinadas em Ciudad Juárez e a violência sexual durante a guerra que sangrou até a morte a ex-Iugoslávia mantenham conexões que revelam as mudanças da violência sistêmica e bélica. Como aponta R. L. Segato, no novo paradigma da violência "a agressão sexual

passa a ocupar uma posição central como arma produtora de crueldade e letalidade, numa forma de dano simultaneamente material e moral" (SEGATO, 2016, p. 59).

Para Segato, a baixa formalização das novas guerras e a difusão da violência em inúmeros contextos marcados pela pobreza, desigualdade e poder discricionário sobre os indivíduos, tem produzido uma diversidade de atores privados, paraestatais e estatais, a violência se expressa de forma privilegiada no corpo da mulher" (SEGATO, 2016, p. 61). Nesse corpo, imemorialmente marcado como posse do poder patriarcal, é encenada a capacidade letal desses atores e inscrita violentamente a derrota moral do inimigo. A dimensão expressiva da violência de gênero adquiriu um novo papel em conflitos violentos de nova natureza, pois esse conflito não visa mais derrotar um inimigo convencional e um cenário de paz do pós-guerra, mas sim retroalimentar e perpetuar-se como fonte de poder e posse ou pilhagem das partes envolvidas. Isso explica por que a violência contra as mulheres exibe o poder dos contendores como nenhuma outra violência. Nas novas formas de conflito, o estupro e a tortura sexual de mulheres tornam visível a disposição à crueldade sem limites. Nesse sentido, não se trata de crimes de motivação sexual, mas de crimes de guerra. É a indistinção das fronteiras entre a violência de guerra e a violência criminosa que cria as condições que tornam a violência contra as mulheres um elemento central das novas guerras. Os estupros em massa fazem parte da estratégia de guerra.

O imperialismo expansivo que incorporou territórios e populações no processo de revalorização capitalista deu à guerra um significado de conquista em que tais territórios e populações deveriam ser conservados para serem explorados, mesmo nas condições mais severas. No imperialismo da exclusão, esses indivíduos e territórios tornaram-se inúteis para a revalorização do capital. Já o "negócio da guerra" é outro: a extração de rendas ou matérias-primas. A extorsão e a dominação despótica que a possibilitam seguem padrões de violência que visam destruir todos os elementos de coesão comunitária e dissolver o tecido social e as solidariedades primárias. Isso também torna as mulheres, agentes proeminentes e guardiãs desses elementos, alvos de violência e vítimas de ataques que buscam tal destruição. Quando a crueldade expressiva é aplicada ao corpo da mulher, ela é

particularmente eficaz em demonstrar uma espécie de soberania sobre vidas que perderam todo o valor para quem pratica a violência:

O estupro público e a tortura de mulheres até a morte nas guerras contemporâneas [...] é a destruição do inimigo no corpo da mulher, e o corpo feminino ou feminizado é [...] o próprio campo de batalha no qual são cravadas as insígnias da vitória e no qual é significada e inscrita a devastação física e moral do povo, da tribo, da comunidade, do bairro, da localidade, da família, da vizinhança ou da gangue que esse corpo feminino, por meio de um processo de significação próprio de um imaginário ancestral, incorpora" (SEGATO, 2016, p. 81).

Pobreza e violência

As mudanças na violência sistêmica também afetaram a maneira como a pobreza é abordada socialmente. Salvas as enormes distâncias entre os países ricos e as periferias, a era neoliberal não só resulta num crescimento de desigualdades que grita aos céus, como também abandona inúmeras paisagens sociais sombrias por onde quer que o nosso olhar se dirija. Os efeitos sociais do horizonte ameaçador de "estagnação secular" que a última grande crise evidenciou estão também associados a cenários de violência que devem ser analisados. O discurso neoliberal nega as causas estruturais da pobreza e só vê uma saída para acabar com ela na integração dos indivíduos em relações de trabalho que dão acesso a um salário por mérito próprio.

No entanto, são as mesmas transformações do sistema produtivo que vêm encolhendo essa esfera das relações salariais e criando um contingente de população "excedente" que dificilmente encontra possibilidades de reproduzir sua existência (ZAMORA, 2017, p. 26ss). Eles são obrigados a materializar uma relação da qual estão estruturalmente excluídos. Diante das condições objetivas a que essa população "excedente" está submetida, as demandas por flexibilidade, mobilidade, empreendedorismo, inovação, aprendizagem contínua e competitividade soam como zombaria. Os desempregados, muitos migrantes, os deslocados, os sem-abrigo ou

sem-terra, os refugiados, os que sobrevivem da informalidade e tantos outros já nem sequer podem aspirar ao estatuto de “exército de reserva”, que pelo menos detinha a promessa de passar em algum ponto de integrar o “exército regular” do trabalhador assalariado. Outros estão presos em um universo de precariedade em que o trabalho não os tira em nada da pobreza. Mas como a ideologia neoliberal não admite a existência de um impedimento estrutural, o fracasso na reprodução monetizada de sua própria existência só pode ser atribuído aos próprios excluídos.

O que A. Sales chama de “novo modelo de gestão da pobreza e da marginalização” (SALES, 2014, p. 14) levou a culpar e criminalizar os pobres. Aqueles que não querem ou não podem se adaptar às condições e demandas de um mercado absoluto aparecem como “parasitas”, “fracassados”, “não lucrativos” etc. Trata-se da construção de um “inimigo simbólico” (TORRE, 2015, p. 96). Quem não é capaz de se inserir com sucesso na dinâmica do sistema econômico, independentemente de viver em um dos muitos guetos das cidades atingidas pela crise industrial, em uma favela ou favela do Terceiro Mundo, ou em uma área rural devastada pela seca, é visto como um fardo ou como uma ameaça. A exclusão social e os grupos populacionais “excedentes” gerados pelas políticas neoliberais no capitalismo competitivo globalizado são ratificados na política criminal. Com o abandono da integração e dos objetivos do estado de bem-estar, é exemplificado por pessoas que cometeram crimes que não vale mais a pena investir em um pool de trabalho que nunca pode ser empregado de forma lucrativa (BAUMAN, 2000, p. 83). Esta é a razão pela qual progressivamente, a partir dos anos 1980, uma realidade socioeconômica tornou-se uma questão criminal. Na ausência de uma possibilidade real de integração social, a pobreza é vista apenas como objeto de ações punitivas, repressivas e coercitivas, como fonte de perigo (GARCÍA; ÁVILA, 2015).

A era neoliberal passou da luta contra a pobreza para a luta contra os pobres ou, pelo menos, confinando-os em guetos, fechando-os em prisões ou mantendo-os à distância por meio de muros intransponíveis. A guerra neoliberal contra o crime e a insegurança também inclui os pobres, porque a pobreza e a desigualdade são consideradas “fontes” do crime, embora seja duvidoso que tenha realmente aumentado (SALES, 2014, p. 63). Um dos teóricos sociais mais relevantes para a análise dessa questão, L. Wacquant (2001, 2011), mostrou a imbricação existente

entre gueto e prisão em seus estudos sobre a população afro-americana pobre nos Estados Unidos. Se a prisão funciona como um gueto judicial de fato para a pobreza, o gueto se torna uma espécie de prisão extrajudicial para os pobres. Há algo como uma continuidade prisional na abordagem da pobreza, daí o termo *prisionfare*. Mas a resposta punitiva à criminalidade que ocorre em contextos de extrema pobreza deixa de lado o vínculo sistêmico entre a violência e o fechamento de horizontes a que estão submetidos aqueles que vivem nesses contextos; deixa de lado a violência que a própria pobreza representa. Ao criminalizá-la, o mal-estar e os medos gerados pela desregulamentação e pela falta de proteção social são deslocados para a figura do criminoso, contra quem temos agora de mostrar "tolerância zero".

Para encobrir essa política, são construídos "pânicos morais". Dessa forma, os "problemas sociais" são redefinidos ao interpretar conflitos sociais, grupos divergentes, formas de sofrimento e seu tratamento como "desvios da norma". Estes, por sua vez, são atribuídos a "grupos problemáticos" que, por supostos déficits individuais ou grupais, aparecem como causadores de problemas sociais. Dessa forma, as contradições estruturais são despolitizadas e individualizadas. O alvo de "jovens violentos" ou "migrantes perigosos" é um exemplo claro. As campanhas da extrema-direita contra os imigrantes "menores desacompanhados" apenas levam ao extremo uma evolução que, como vimos, tem origem no modelo neoliberal de abordagem da pobreza. O vínculo construído entre pobreza e violência está a serviço do uso contundente da violência estatal e, às vezes, da violência paraestatal contra os pobres.

Mas onde esse vínculo sistêmico entre pobreza e violência se torna especialmente visível talvez seja nas megacidades do Terceiro Mundo. Em *Planeta favela*, Mike Davis (2006) faz um *tour* pelas áreas urbanas superdegradadas do Terceiro Mundo (Bombaim, Lima, Kinshasa, Luanda, Cartum, Dar-es-Salaam etc.) e nos confronta com o crescimento sem precedentes da pobreza nessas áreas. Um bilhão de pessoas sobrevivem nos *slums* das cidades da miséria. Isso os empurrou para as cidades que progressivamente se tornaram sumidouros de miséria, já que o crescimento exorbitante dessas megacidades não está relacionado de forma alguma ao crescimento econômico ou industrial, nem a um processo de urbanização

sustentado por esse crescimento. A incapacidade dos Estados sujeitos a políticas de ajustamento para enfrentar as consequências da liberalização dos mercados de habitação e de emprego fez com que as massas empobrecidas fossem abandonadas a si próprias e entregues a formas degradantes de subsistência. Eles foram forçados a ocupar áreas devolutas expostas a maior risco natural e artificial, sem serviços básicos, saneamento e acesso a água potável. Sem medo de exagerar, podemos falar de verdadeiras lixeiras humanas. A violência diária que causa extrema miséria é ela mesma extrema. A sobrevivência adquire características de uma dureza quase invisível.

Economia da exclusão e incompatibilidade com a vida

As dinâmicas estruturais, suas contradições e sua propensão a crises levantam hoje questões de enorme profundidade. Ainda que não seja possível afirmar com total certeza o surgimento de um limite interno intransponível do processo de acumulação capitalista, ao menos é necessário admitir que não teremos uma estabilização duradoura e provavelmente períodos mais ou menos longos de recessão e talvez tímidas recuperações. A terceira revolução industrial não permite gerar os círculos econômicos "virtuosos" do fordismo. Mas manter as taxas de lucro, algo de que o sistema não pode abrir mão, permite cada vez menos financiar a reprodução da vida que o sistema econômico declara "supérflua". O imperialismo expansivo que incorporou territórios e populações no processo de revalorização capitalista dá lugar a um imperialismo de exclusão para o qual uma massa crescente de indivíduos e territórios se tornam inúteis para essa revalorização. As formas de "reconhecimento" dos sujeitos nacionais de direito que acompanham a expansão capitalista do pós-guerra nos centros do sistema capitalista como modelo de luxo, decompõem-se progressivamente na mesma medida em que o endividamento público que os tem sustentado em nas últimas quatro décadas tornam-se inviáveis a longo prazo.

Manter à acumulação hoje requer formas de expropriação e pilhagem que geraram um novo tipo de conflito bélico e novas economias de guerra que desencadeiam movimentos de fuga e deslocamentos massivos. A multiplicação dos

muros entre a riqueza e a pobreza são uma manifestação da violência que será necessária para conter a "humanidade excedente". As fronteiras entre riqueza e pobreza tornaram-se linhas de morte (ZAMORA, 2016). As políticas migratórias europeias e as zonas de morte que criaram em suas fronteiras mostram claramente que os grandes princípios da modernidade política, como cidadania, direitos humanos, democracia e humanismo, não podem ser universalizados em uma sociedade capitalista, pois suas formas de configurar o que produzem uma virada entre meios e fins, por meio da qual a reprodução da vida depende do processo de revalorização do capital. Meios e fins invertem a ordem. E isso tem consequências para a afirmação do princípio supremo da modernidade: a afirmação de que o ser humano é um fim em si mesmo. A manutenção da vida entrou em franca contradição com as leis da acumulação. O outro lado de uma autopreservação voltada para o lucro que sacrifica seu sujeito é a perda de valor de todos aqueles cujas vidas são reduzidas à mera sobrevivência.

Referências

ALTVATER, Elmar; MAHNKOPF, Birgit. *Las limitaciones de la globalización. Economía, ecología y política de la globalización*. México/Buenos Aires: Siglo XXI, 2002.

BALIBAR, Étienne. *Nosotros, ¿ciudadanos de Europa?* Las fronteras, el Estado, el pueblo. Madrid: Tecnos, 2003.

BAUMAN, Zygmund. *Trabajo, consumismo y nuevos pobres*. Barcelona: Gedisa, 2000.

CALL, Charles T. "The Fallacy of the 'Failed State'", *Third World Quarterly*, Vol. 29, No. 8, 1491-1507, 2008.

CHOMSKY, Noam. *Estados fracassados: o abuso do poder e o ataque à democracia*. Rio de Janeiro: Bertrand. 2009.

DAVIS, Mike. *Planeta favela*. São Paulo: Boitempo editorial, 2006.

DUFFIELD, Mark. *Las nuevas guerras en el mundo global*. La convergencia entre desarrollo y seguridad. Madrid: La Catarata, 2004.

42 | Sobre a(s) violência(s): Análises – formas – críticas

FRAENKEL, Ernst. *The Dual State: A Contribution to the Theory of Dictatorship*. Clark: The Lawbook Exchange, Ltd., 2006 [1941].

GARCÍA, Sergio; ÁVILA, Débora (Coord.). *Enclave del riesgo*. Gobierno neoliberal, desigualdad y control social. Madrid: Traficantes de Sueños, 2015.

GERSTENBERGER, Heide. *Markt und Gewalt. Die Funktionsweise des historischen Kapitalismus*. Münster: Westfälisches Dampfboot, 2017.

GRAEBER, David. *El Estado contra la democracia*. Madrid: Errata naturae, 2021.

HUNTINGTON, Samuel P. The Clash of Civilizations?, *Foreign Affairs*, Vol. 72, No. 3, 1993, 22-49.

JÜNGER, Ernst. A mobilização total, *Natureza Humana* 4(1): 189-216, jan.-jun. 2002.

KURZ, Robert. *Schwarzbuch Kapitalismus*. Ein Abgesang auf die arktwirtschaft, nova ed. ampliada, Frankfurt/M.: Eichborn, 2009.

KURZ, Robert. *Geld ohne Wert*. Grundrisse zu einer Transformation der Kritik der politischen Ökonomie. Merdingen: Horlemann, 2012.

LE BILLON, Philippe. The Geopolitical economy of 'resource wars', *Geopolitics*, Vol. 9/1: 1-28, 2010.

MANDEL, Ernest. *O Capitalismo Tardio*. Trad. Carlos Eduardo Silveira Matos, Regis de Castro e Dinah de Abreu Azevedo, introd. Paulo Singer. São Paulo: Victor Civita, 1982.

MATEOS, Oscar. *¿De la "tragedia" al "milagro"? África Subsahariana en el nuevo contexto multipolar*. Barcelona: CiJ, 2015.

MOORE, Jason W. El auge de la ecología-mundo capitalista, I. *Laberinto* 38: 9–26, 2013.

MOORE, Jason W. The End of Cheap Nature, C. Suter y C. Chase-Dunn (Eds.): *Structures of the World Political Economy and the Future of Global Conflict and Cooperation*. Berlin: LIT, 285–314, 2014.

RUF, Werner. *Kriegsökonomie: politische Ökonomie der Gewalt. Wie die Expansion des Kapitalismus Staat und Gesellschaft zerstört*". Rosa-Luxemburg Stiftung, 2019. <https://www.rosalux.de/publikation/id/40430>, (consultado el 6.5.2023).

SALES, Albaert. *El delito de ser pobre*. Una gestión neoliberal de la marginalidad. Barcelona: Icaria, 2014.

SOMBART, Werner. *Krieg und Kapitalismus*. München/Leipzig: Duncker & Humblot 1913.

TORRE, Issabel. La criminalización de la pobreza al servicio del neoliberalismo, *Viento Sur*, 138, 93-101, 2015.

WACQUANT, Loïc. *Punir os Pobres*. A nova gestão da Miséria nos Estados Unidos. Rio de Janeiro: Instituto Carioca de Criminologia, F. Bastos, 2001.

WACQUANT, Loïc. *As Prisões da Miséria*. Trad. André Telles. 2ª ed., Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011.

WALLERSTEIN, Immanuel. *The Politics of the World-Economy*. Cambridge: Cambridge U.P, 1984.

ZAMORA, José A. Grenze und Gewalt: Neue Todeszonen in Europa, en Th. Becker y otros (eds.): *Grenzsteine. Beiträge zur Kritik der Gewalt*, München: Text+Kritik, 97-106, 2016.

ZAMORA, José A. Crisis del capitalismo: callejones sin salida y transiciones postcapitalistas, *Iglesia Viva*, 272, 11-40, 2017.

ZIZEK, Slavoj. *Violência: seis reflexões laterais*. Trad. Miguel Serras Pereira. São Paulo: Boitempo, 2014.

FÁBIO CAIRES CORREIA
JUDIKAEL CASTELO BRANCO
ONEIDE PERIUS
(ORGS.)

Sobre a(s) Violência(s)

análises - formas - críticas



NÚCLEO DE ESTUDOS
**Violência, Democracia
e Direitos Humanos**



unesco
Cátedra de Juventude, Educação e Sociedade
Universidade Católica de Brasília

Sobre a(s) Violência(s):

análises - formas - críticas

“É NESSA PERSPECTIVA, QUE A OBRA SOBRE A(S) VIOLÊNCIA(S): ANÁLISES – FORMAS – CRÍTICAS SE INSERE NUM IMPORTANTE HORIZONTE REFLEXIVO SOBRETUDO PORQUE CONFERE AO TEMA DA VIOLÊNCIA A SUA NECESSÁRIA DIGNIDADE FILOSÓFICA. COM EFEITO, O QUE NOTABILIZA A PRESENTE OBRA É A FORMA PELA QUAL O TEMA DA VIOLÊNCIA GANHA A SUA DIMENSÃO FILOSÓFICA. OS DEZOITO TEXTOS QUE COMPÕEM O LIVRO CONSEGUEM MAPEAR DIFERENTES MODALIDADES E POSSIBILIDADES DE TRATAR O TEMA DA VIOLÊNCIA E CUMPREM UM ARCO NA HISTÓRIA DA FILOSOFIA QUE CONSEGUE EFETIVAMENTE ABARCAR A REFLEXÃO FILOSÓFICA NO QUE ELA DE FATO TEM DE PLURALIDADE OU MESMO PLURIVERSALIDADE. E A OBRA CONSEGUE ISSO NÃO PELO GRANDE VOLUME DE TEXTOS, MAS PELA DIVERSIDADE DE ABORDAGENS FILOSÓFICAS NELE CONTIDO. DESSE MODO, O QUE FREQUENTEMENTE SE FEZ AUSENTE NA HISTÓRIA DA FILOSOFIA TRADICIONAL OU SE FEZ PRESENTE APENAS COMO FORMA DA REAFIRMAÇÃO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO, CLASSE E RAÇA, PASSA A SER UM DOS PONTOS CENTRAIS QUE PERPASSAM OS DIFERENTES ESCRITOS DO LIVRO SOBRE A(S) VIOLÊNCIA(S)”.

ÉRICO ANDRADE
UFPE/CNPQ/ANPOF



Editora Fundação Fênix



Sobre a(s) violência(s)
Análises – formas – críticas

Série Filosofia

Conselho Editorial

Editor

Agemir Bavaresco

Conselho Científico

Agemir Bavaresco – Evandro Pontel

Jair Inácio Tauchen – Nuno Pereira Castanheira

Conselho Editorial

Augusto Jobim do Amaral

Cleide Calgaro

Draiton Gonzaga de Souza

Evandro Pontel

Everton Miguel Maciel

Fabián Ludueña Romandini

Fabio Caprio Leite de Castro

Fabio Caires Correia

Gabriela Lafetá

Ingo Wolfgang Sarlet

Isis Hochmann de Freitas

Jardel de Carvalho Costa

Jair Inácio Tauchen

Jozivan Guedes

Lenno Francisco Danner

Lucio Alvaro Marques

Nelson Costa Fossatti

Norman Roland Madarasz

Nuno Pereira Castanheira

Nythamar de Oliveira

Orci Paulino Bretanha Teixeira

Oneide Perius

Raimundo Rajobac

Renata Guadagnin

Ricardo Timm de Souza

Rosana Pizzatto

Rosalvo Schütz

Rosemary Sadami Arai Shinkai

Sandro Chignola

Thadeu Weber

Fábio Caires Correia
Judikael Castelo Branco
Oneide Perius
Organizadores

Sobre a(s) violência(s)
Análises – formas – críticas



Editora Fundação Fênix

Porto Alegre, 2023

Direção editorial: Agemir Bavaresco
Diagramação: Editora Fundação Fênix
Capa: Editora Fundação Fênix

O padrão ortográfico, o sistema de citações, as referências bibliográficas, o conteúdo e a revisão de cada capítulo são de inteira responsabilidade de seu respectivo autor.

Todas as obras publicadas pela Editora Fundação Fênix estão sob os direitos da Creative Commons 4.0 –
[Http://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR](http://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR)



Série Filosofia – 133

Catálogo na Fonte

S677 Sobre a(s) violência(s) [recurso eletrônico] : análises – formas - críticas / Fábio Caires Correia, Judikael Castelo Branco, Oneide Perius Organizadores. – Porto Alegre : Editora Fundação Fênix, 2023. 449 p. (Série Filosofia ; 133)

Disponível em: <<http://www.fundarfenix.com.br>>
ISBN 978-65-5460-102-3
DOI <https://doi.org/10.36592/9786554601023>

1. Violência. 2. Filosofia. 3. Direitos humanos. I. Correia, Fábio Caires (org.). II. Castelo Branco, Judikael (org.). III. Perius, Oneide (org.).

CDD: 100

Responsável pela catalogação: Lidiane Corrêa Souza Morschel CRB10/1721



Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura

Cátedra UNESCO de Juventude,
Educação e Sociedade

The authors are responsible for the choice and presentation of information contained in this book as well as for the opinions expressed therein, which are not necessarily those of UNESCO and do not commit the Organization.

Sumário

Apresentação	13
<i>Os Organizadores</i>	
Prefácio	17
Sobre a violência	
<i>Érico Andrade</i>	
1. Na crise terminal do capitalismo: violência sistêmica, guerra e vida “ excedente”	21
<i>José A. Zamora</i>	
2. A naturalização da violência na contemporaneidade: algumas considerações filosóficas sobre as novas formas de alterocídios	45
<i>Nilo Ribeiro Junior</i>	
3. Qual o papel das experiências subjetivas na crítica social? distinguindo entre justiça de primeira e de segunda-ordem	73
<i>Filipe Campello</i>	
4. O trabalho no processo de dominação psicossocial, durante a ditadura civil- militar (1969-1979), a partir da biopolítica de Foucault	97
<i>Henrique Streit</i>	
<i>Agemir Bavaresco</i>	
5. Pelas exéquias de tãatos	129
<i>Daniel Benevides Soares</i>	
6. A filosofia entre a violência e a busca de sentido: o kantismo pós-hegeliano de Eric Weil	151
<i>Edoardo Raimondi</i>	
7. “Razão delirante”: insatisfação e tédio no pensamento de Eric Weil	179
<i>Judikael Castelo Branco</i>	

8. Direito e Violência: um estudo sobre o pensamento de Walter Benjamin	199
<i>Oneide Perius</i>	
9. Violência policial: a necropolítica como negação do direito à vida	215
<i>Dijaci David de Oliveira</i>	
<i>Bruna Junqueira Ribeiro</i>	
<i>Diego José Dias Mendes</i>	
10. Escala de Preconceito Contra Diversidade Sexual e de Gênero: Validação de um Instrumento para Docentes e Não Docentes Portugueses	249
<i>Stéphanie da Selva Guimarães</i>	
<i>Alexandre Anselmo Guilherme</i>	
<i>Luísa Chaves de Brasil</i>	
<i>Damião Soares Segundo</i>	
<i>Cristiana Pereira de Carvalho</i>	
<i>Henrique Caetano Nardi</i>	
<i>Jorge Júlio de Carvalho Valadas Gato</i>	
<i>Angelo Brandelli Costa</i>	
11. Instituição escolar: espaço de riscos, lugar de ressignificação	273
<i>Geraldo Caliman</i>	
<i>Emerson de Arruda</i>	
12. Do biopoder ao necropoder: breves notas sobre os processos de governamentalização da vida	293
<i>Evandro Pontel</i>	
<i>Isis Hochmann de Freitas</i>	
13. Representações de um grupo de alunos do Ensino Fundamental sobre a violência no contexto da sala de aula	313
<i>Tatiana Aparecida Barbosa</i>	
<i>Andréia Osti</i>	

14. Violência, Estado de direito e capitalismo	331
<i>Thiago Oliveira</i>	
15. Um mundo sem mediações: descolonização africana como teoria política da modernização periférica	351
<i>Fernando Danner</i>	
<i>Leno Francisco Danner</i>	
16. Poder e violência em Hannah Arendt: sobre o problema da dominação na política	371
<i>Lucas Barreto Dias</i>	
17. África austral e a violência etnofóbica: Uma reflexão a convivência bantu	387
<i>Álvaro Bô</i>	
18. Trabalho decente, interseccionalidade e invisibilização subjacentes ao desenvolvimento sustentável	411
<i>Gabriela Palieraqui Gurgel</i>	
<i>Dolores Pereira Ribeiro Coutinho</i>	
Sobre os/as autores/autoras	